

CADEIAS PRODUTIVAS (CATI/SAA)

RELATÓRIO DE EVENTO NO INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS (SP) – 11/04/2017

“SEMINÁRIO PAULISTA DE ATUALIZAÇÃO EM INFLUENZA AVIÁRIA”

O Seminário Paulista de Atualização em Influenza Aviária foi apresentado no Instituto Agronômico de Campinas (IAC) e contou com a participação de técnicos da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), pesquisadores científicos e profissionais ligados à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Aos técnicos da CDA e CATI coube, no período matutino, uma programação prévia de nivelamento de informações sobre a influenza aviária, seus métodos de controle atualmente aplicados, bem como sobre o contexto da avicultura no cenário nacional e mundial.

O estado de São Paulo – assim como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do sul - contribui significativamente na exportação de frangos de corte, ovos de consumo e ovos férteis (valor genético) destinados aos mercados da Ásia, Estados Unidos e Europa. A inexistência de focos confirmados de influenza aviária classifica o Brasil como o segundo maior produtor e primeiro exportador mundial de proteína de ave, e esse status privilegiado demanda a adoção de sistemas de vigilância epidemiológica constantes nas regiões litorâneas, onde sobrevoam aves migratórias potencialmente reservatórias do vírus da Influenza, bem como nas granjas de alta produção, as quais necessitam implantar rigorosa sistemática de biossegurança.

Nesse sentido, a CDA executa, nesses locais, coletas de swabs de fezes e soros que são avaliados periodicamente para a detecção e controle de eventuais tipos virais de elevada patogenicidade aos plantéis. Criou-se também o Projeto de Compartimentalização da Avicultura em São Paulo – a exemplo do Estado de Santa Catarina (SC) -, cujo objetivo é segregação de populações e subpopulações de aves em criatórios, conforme riscos maiores ou menores de sofrerem surto de influenza aviária e doença de Newcastle.

O registro de estabelecimentos avícolas no estado de São Paulo é outra missão da CDA, que mantém uma base atual de dados de aproximadamente 3719 criações comerciais catalogadas no Sistema GEDAVE, além de mais 3569 processos de registro em andamento, protocolados no sistema AGRIDOC eletrônico do governo do Estado. Os registros seguem a instrução normativa IN 56 de 04/09/2007 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) a qual obriga a catalogação de todas as granjas comerciais no país, servindo para mapeamento em casos surtos de influenza aviária e medidas de contenção de focos. Ainda seguindo normativas do MAPA, cabe salientar que a IN 50/2013 assegura o dever de qualquer cidadão comum em notificar aos órgãos de defesa sanitária a suspeita de doenças em animais de interesse do Estado.

No contexto internacional abordado nas palestras, destacam-se os Estados Unidos que vêm apresentando séries históricas de surtos de influenza aviária considerados ameaçadores aos países com quem comercializam aves ou ovos férteis. Foram registrados surtos nos anos de 1925, 1929, 1983/84, 2009, 2014, 2015. Nesse último biênio, a taxa de ataque foi maior, com 21 estados americanos acometidos de Influenza, razão por que a China, a Tailândia e a Coreia do Sul embargaram a importação de genética avícola, acarretando prejuízos de milhares de dólares aos estados americanos. Considerando que o Brasil importa por volta de 75% da genética americana para reprodução e adaptação avícola em plantéis, justifica-se a intensa vigilância das empresas

Carlos Augusto Scacchetti de Almeida – Médico Veterinário – CATI Gabinete do Coordenador (CGC).

multinacionais e dos governos estaduais para a prevenção da disseminação da doença.

Atualmente, baseado nas experiências de grandes perdas econômicas e de mercado, os EUA intensificam suas medidas sanitárias como erradicação de plantéis em caso de detecção de variante H7N5, estabelecimento de vazio sanitário de 21 dias no mínimo e repetição de testes sorológicos antes da repovoação de aves, criação de uma zona de segurança de 10 km a contar da área focal e perifocal de ocorrência de influenza aviária, e tratamento sistemático de matéria orgânica por compostagem a uma faixa de 39°C a 49°C, por sete dias, com camadas de maravalha, realizadas em galpões isolados e previamente desinfetados.

Além dos EUA, países da Ásia também expõem situação epidemiológica de “re emergência” para influenza aviária. Isso porque, além de circularem sete subtipos distintos do vírus na China, alguns países apresentam grandes parques industriais avícolas com diferentes níveis de infraestrutura para o adequado controle preventivo, e com trabalhadores em geral menos capacitados para gestão de riscos, se comparados a outros segmentos da economia asiática.

A existência de países que não adotam programas governamentais de vacinação em massa das aves – como a Coreia do Sul com 31 milhões de aves abatidas até Março deste ano devido à doença, e da Malásia que detinha o status de livre, mas que manifestou surto de H5N1 detectado em aves de fundo quintal, também neste ano – reforça o potencial ameaçador de influenza aviária para outros países asiáticos que têm política de vacinação e registram surtos mais controlados, a exemplo do Vietnã. A tendência nesses países é delegar às granjas avícolas industriais a execução de vacinação em aves de fundo de quintal nas residências de seus entornos.

Em geral, o vírus da influenza aviária já foi diagnosticado em 77 países, incluindo Europa, Ásia e África, identificando-se 13 subtipos diferentes entre os anos de 2014 e 2016. Os embargos de comercialização dos produtos e subprodutos da avicultura impostos pelos governos aos países que tiveram surtos da doença são questionáveis por alguns especialistas (inclusive o palestrante Alberto Torres/ Cobb – EUA), uma vez que sempre há total transparência sobre as medidas sanitárias adotadas individualmente. No mercado internacional, o posicionamento das autoridades se resume da seguinte forma: “Sem transparência não há credibilidade; Sem credibilidade não há certificação.”

Diante do risco iminente de introdução do vírus da influenza aviária no Brasil, bem como seus subtipos variáveis e geneticamente recombinantes, em função do trânsito de mercadorias de origem animal e da circulação sazonal de aves migratórias, o MAPA vem reforçando algumas providências: medidas de biossegurança com adoção de intervalo entre lotes (vazio sanitário) de 20 dias e prazo de 18 meses para instalação de telas protetoras laterais nos galpões de aves, maior rigor no monitoramento de salmonelas nas granjas, incentivo à estratégia de compartimentalização de granjas nos estados da federação, vigilância epidemiológica constante, ampliação da capacidade laboratorial diagnóstica na rede pública e capacitações de equipes.

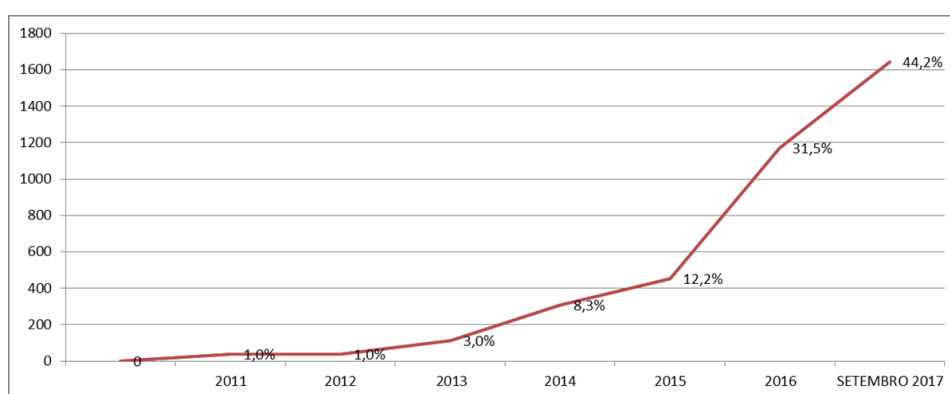
Concomitantemente, com base no Decreto Estadual 61.285 de 27/05/2015, o qual instituiu comitê intersetorial para elaboração do Plano de Controle da Influenza Aviária, a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo acompanha possíveis casos de doença humana causada pelo vírus da Influenza, tendo como estratégias ações de vigilância passiva, com investigação de mortes de pacientes sem causa elucidada, vigilância ativa dos que apresentam sintomatologia respiratória ou exerçam atividades ocupacionais de risco,

vigilância de comunidades onde há óbitos animais em massa, e a promoção de campanhas anuais de vacinação contra gripe para idosos e crianças.

Panorama de registro dos estabelecimentos avícolas comerciais no Estado de SP.

ESTABELECIDAMENTOS AVÍCOLAS COMERCIAIS	FRANGO	GALINHAS	OUTRAS AVES	TOTAL	PERCENTUAL %
ESTABELECIDAMENTOS CADASTRADOS SISTEMA GEDAVE	3261	377	81	3719	100
ESTABELECIDAMENTOS COM PROCESSO DE REGISTRO	3143	361	65	3569	95,97
ESTABELECIDAMENTOS SEM PROCESSO	118	16	16	150	4,03
ESTABELECIDAMENTOS REGISTRADOS (IN 56) *11/09/2017	1487	134	22	1643	44,18
ESTABELECIDAMENTOS EM PROCESSO DE REGISTRO	1656	227	43	1926	51,79

Evolução do numero de registros emitidos.



luciano.lagatta@cda.sp.gov.br

(19)30453407

Programa Estadual de Sanidade Avícola

carlos.scacchetti@cati.sp.gov.br

(19)37433758

Divisão de Extensão Rural - DEXTRU

Carlos Augusto Scacchetti de Almeida – Médico Veterinário – CATI Gabinete do Coordenador (CGC).